

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB. O SR. DELEGADO OLIM - PP - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PP está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PP.

* * *
- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 53 Srs. Deputados: 52 votaram "sim", e este deputado na Presidência, resultado que dá por aprovado o requerimento do nobre deputado Itamar Borges.

Item 1 - Votação adiada - Projeto de lei nº 874, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Institui normas protetivas do consumidor, associadas ao direito à informação e altera a Lei nº 15.659, de 2015, que regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. Com 9 emendas. Emenda Aglutinativa apresentada nos termos do § 1º do artigo 175 do Regimento Interno. Com itens 1 e 2 do requerimento de método de votação aprovados. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Em votação o item 3 do requerimento de método de votação - Emendas nº 1 a 9, englobadamente.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente Cauê Macris, nobre deputado Roque Barbieri, ilustre representante do Partido Trabalhista Brasileiro da bonita região de Birigui e adjacências, eu estava imaginando cá comigo: este Projeto nº 874, que votamos quase todo na quarta-feira, recebeu críticas da imprensa especializada. Por quê?

Será que nós, deputados que nos colocamos contra a aprovação, estávamos equivocados? Votamos pela burocracia? Ou atendíamos a interesses de terceiros? Deixando de lado o título do jornal "Valor Econômico", de que a Assembleia teria decidido favoravelmente a que os consumidores tivessem os nomes sujos...

Eis que surge o deputado Raul Marcelo, grande defensor da aprovação do Projeto nº 874. Quem diria, hein, deputado Raul Marcelo? Quem diria, deputado Raul Marcelo, advogado brilhante de Sorocaba, que V. Exa. defenderia a aprovação do Projeto nº 874? É viver para ver.

Deputado Roberto Engler, bem aqui, nesta Casa, um procurador de Justiça, professor de direito do consumidor da PUC, coordenador de direito do consumidor de várias faculdades...

Deputado Roque Barbieri, nós fomos taxados de seguidores do Ministério Público quando defendemos a tese levantada nesta Casa, no Colégio de Líderes, pelo ilustre professor Vidal.

O que dizia esse professor? Dizia que, se nós tivésemos qualquer elemento, qualquer entrave, que possa eventualmente ser aplicado para impedir que um consumidor venha a ser prejudicado... Se houver um único entrave que não seja objeto desse processo, desse projeto, a lei é inconstitucional.

Quero aqui, uma vez mais, e dizer que o Partido Trabalhista Brasileiro - 72 anos de história e tradição, responsável por todas as conquistas sociais e trabalhistas deste País, com aprovação recorde no Estado em 2016, o mais bem avaliado partido deste Estado - vai apresentar uma Adin contra esta lei, se ela vier a ser sancionada pelo governador.

O PSDB votou favoravelmente. Entenderam, os sociais democratas, que esta lei era benéfica, que ajudaria o consumidor, no que foi seguido por várias bancadas desta Casa. Mas, nós, o PTB, o PRB, alguns dissidentes de outras bancadas, entendemos o contrário. Entendemos que foi solapado um direito do consumidor, seja ele qual for. Nós sempre corremos o risco de termos um consumidor com o nome sujo.

O "Valor Econômico", se não me engano, pertence ao grupo Folha e ao grupo Estado. Na primeira página, está estampado nos jornais: "Assembleia aprova projeto que pode sujar nome de consumidor". Não é um título meu, não, é o título do jornal "Valor Econômico", que pertence à "Folha de S.Paulo", pertence à rede Globo.

Nós e a bancada do PT - quero fazer justiça - ficamos contra. Vamos fazer o quê? Só nos resta um caminho: bater à porta do Judiciário. O curioso é que os economistas estão defendendo a lei do deputado Rui Falcão, que nós, desta Casa, aprovamos duas vezes: aprovação do projeto e a rejeição do veto.

Não sou eu que estou dizendo. São economistas que foram ouvidos pela "Folha de S. Paulo", pelo jornal "Agora" e pelo "Valor Econômico".

Mas, encerrada nossa posição a esse respeito, quero dizer da impossibilidade material e moral que temos de votar o 920, não condicionada a ele a PEC nº 05. Qual é o argumento para alicerçar a votação, pura e simples, do 920, ornamentado agora numa emenda?

Se não vamos fazer justiça à aprovação da PEC nº 05, que tem quatro longos anos, para ser digerido o eventual aumento, quem arrecada neste Estado? São os senhores fiscais, os senhores delegados tributários, que não estão motivados, que não estão incentivados. Temos que acreditar que vai ser uma imensa injustiça, uma grande injustiça, aprovarmos o 920, sem condicionar a aprovação da PEC nº 05.

Espero um milagre. Não deveria chegar a tanto, esperar um milagre dos tucanos, com a tarde já caminhando para a noite. Mas espero o milagre dos tucanos, para que revejam essa posição. Ela é injusta, como bem disse o deputado Coronel Camilo aqui: "Há falta de dinheiro? Não. Há falta de vontade".

Esta Casa, em se tratando de emendas constitucionais, ela é independente, ela tem autonomia, ela não depende do aval do Executivo, mas nós vamos, de novo, nos sujeitar como ovelhas, e não vamos cumprir com a nossa obrigação.

Portanto, deputado Vaz de Lima, peço à V. Exa. que nos ajude, V. Exa. que é um fiscal de rendas respeitado, antes de ser deputado desta Casa. É questão de honra desta Assembleia Legislativa, que tem 150 anos de história e tradição, não permitir que esse massacre moral seja praticado em relação à PEC 05. Vamos, deputado Vaz de Lima, vamos, deputado Roque Barbieri, nesta trincheira, neste lugar sagrado que é o plenário, fazer justiça a essas categorias que estão aqui há quase um ano, acreditando na coragem desta Assembleia, na nossa dignidade, e nós não estamos fazendo jus à história de Jânio Quadros, de Ulysses Guimarães, de Américo Marco Antônio, do próprio José Dirceu, que é meu amigo e eu afirmo aqui taxativamente. O ministro José Dirceu é meu amigo, sim. Covardes são aqueles que não admitem as amizades.

Espero, sinceramente, deputado Enio Tatto, que até o término dessa legislatura, desse ano legislativo, façamos justiça em relação às carreiras de fiscais de renda, agentes tributários, delegados tributários, coronéis da PM e professores universitários. Assim, nós poderemos usufruir das nossas férias regulamentares, mas com dever cumprido. Nós, assim fazendo, estaremos cumprindo o juramento que fizemos aqui. Nós não abdicaremos da nossa responsabilidade, da nossa liberdade e da nossa dignidade. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o Item 3, Emendas de nºs 01 a 09, englobadamente.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PRB.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PRB, tem a palavra o nobre deputado Wellington Moura.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e público presente, não vou usar todo o meu tempo, mas eu gostaria de falar sobre o Projeto nº 874.

Nós, deputados do PRB, estamos contra esse projeto, devido ao que nós vamos ver, que é uma injustiça em relação ao que vai acontecer com o consumidor, ao que vai acontecer com uma pessoa que vai ser negativamente. Essa pessoa não terá a certeza do recebimento dos avisos de notificação que ela irá receber desse Projeto nº 874. Fomos contra o projeto inteiro. Agora, estão querendo que sejam aprovadas as emendas para que se possa dar continuidade ao projeto, para ele ser sancionado.

Não tem como, nesses momentos, nós não obstruirmos e fazermos um aparte não em relação ao governo, pois somos favoráveis a ele e estamos do lado do governador Alckmin, mas ao projeto, que vemos ser de grande relevância para a população, principalmente a de baixa renda, que é a população que, neste momento, será atingida. A população, muitas vezes, não vai receber nem por e-mail, nem por WhatsApp, nem por nenhum outro modo que, hoje, querem implantar para que a pessoa receba essa notificação. Nós não temos uma certeza plena de que realmente o cidadão vai receber uma notificação.

E fomos comentaristas de grandes jornais, da grande imprensa do estado de São Paulo, com relação a esse projeto. É muito importante que agora possamos demonstrar à população que estamos sendo contra esse projeto. E agora as emendas que querem ser aprovadas, porque aprovando as emendas, então será esse projeto sancionado.

Mas gostaria de, mais uma vez, fazer uma pergunta que não me foi respondida desde a semana passada, Sr. Presidente. Questionei, aqui no plenário, e aqui neste local, aqui nesse microfone, em relação às emendas dos deputados.

Nós, deputados, temos nossa base eleitoral, e passamos, muitas vezes, constrangimento com prefeitos, vereadores, com, na parte da Saúde, Santas Casas, que nos pedem apoio e nós confirmamos, muitas vezes, com uma garantia que nós temos hoje da Secretaria da Casa Civil de que nossas emendas serão pagas. Tanto que mostramos, na semana passada, uma reportagem de uma emissora, a Record, conceituada não só no Brasil, mas no mundo.

Assinamos a emenda do governador, assinamos emenda na Casa Civil, só que pergunto a V. Exas. e a todos que nos acompanham: foram pagas? Não foram pagas até hoje, e eu acho isso uma vergonha, porque o dinheiro está lá, foi empenhado. O dinheiro está lá; não tem como o governo, hoje, dizer que não há dinheiro para pagar essas emendas. Pergunte se o secretário da Casa Civil, ou o subsecretário, alguém nos ligou. Não tem como negar, que justificativa vai me dar? Qual a resposta que, hoje, a Casa Civil vai me oferecer diante disso? Não tem resposta, porque o dinheiro está lá, porém nós não recebemos esse recurso. O recurso não foi destinado aos prefeitos.

Até hoje recebo ligação dos prefeitos: "Deputado, aquela emenda que nós assinamos, aquela emenda que nós assinamos lá na Casa Civil para que pudéssemos receber o recurso que o senhor destinou para ajudar nossa cidade." Aí eu pergunto: o que eu tenho que falar nesse momento? Nesse momento nós não temos o que falar. Por isso que a nossa esperança, aqui na Assembleia, é aprovar o Orçamento Impositivo, para que os deputados, no mínimo, não se preocupem se terão emenda ou não.

Agora, por favor, vamos pagar, vamos pagar, governador. É um pedido que faço a V.Exa., e eu faço com todo o respeito, porque o admiro, tenho acompanhado as obras que V.Exa. tem realizado no Estado, mas o mínimo que nós podemos receber, aqui nesta Assembleia, é uma resposta, agora, nesse momento, em relação a tudo que já foi assinado, foi empenhado. O dinheiro está lá, porém, até hoje, os prefeitos, as prefeituras não receberam. E quando digo até hoje, não foi assinado ontem, não. Não foi assinado na semana passada, ou há um mês. Foram assinados há mais de três meses; já foi assinado. Tem dinheiro na Casa Civil; por que ainda as prefeituras não receberam? Por que a Santa Casa não recebeu? Acho isso uma vergonha; isso tem que ser corrigido.

E eu acho que nós deputados, nesse momento, temos que nos unir. Ou será que só fui eu que não recebi? Porque, perguntando para alguns deputados, temos a caneta, mas está sem tinta, porque, realmente, nós estamos perdendo o prestígio com os nossos prefeitos, porque o recurso não chega até as prefeituras. Eles querem carregar isso até quando? Até abril? Até quando, depois, não se pode iniciar, fazer e inaugurar uma obra?

Então, eu acredito que agora é hora de todos nós, deputados desta Casa, nos unirmos para passar o Orçamento Impositivo e sermos respeitados. É o que nós queremos: esse respeito.

Não tem dinheiro? Não pague. Não assine. Agora, assinou? Tem que pagar. Assinou? Tem que, então, chegar às prefeituras. Venho a esta tribuna reivindicar esse meu direito. Eu vou tomar providências em relação a esse fato. Acho que agora é hora de esta Casa despertar em relação a essa situação.

Então, Sr. Presidente, deixo a minha insatisfação em relação a esses acontecimentos. Até hoje eu não obtive nenhuma resposta. Ninguém da Secretaria do Governo me ligou. Infelizmente, vemos a situação, hoje, do líder do Governo, Barros Munhoz, que está lutando pelos deputados. Acho que isso também tem que ser levado em consideração. Está lutando pelos deputados desta Casa para que possamos, realmente, no mínimo, ser respeitados.

Vemos, hoje, o PT pedindo vista das contas do governador. Hoje, vemos a oposição se manifestando em muitas situações. Muitas vezes, as pessoas, aí fora, não entendem isso, mas hoje podemos entender, porque, infelizmente, sentimos essa dificuldade em relação ao Governo ouvir qualquer um de nós, deputados.

Obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.) O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação o Item 3 do requerimento de método de votação, emendas de nºs 1 a 9, englobadamente. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem contrários permaneçam como se encontram. (Pausa.) Rejeitadas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

* * *
- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Declaro que a bancada do PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PSOL.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Declaro que a bancada do PT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PT.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Declaro que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do DEM.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Declaro que a bancada do PRB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PRB.

O SR. CELSO NASCIMENTO - PSC - Declaro que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PSC.

O SR. JUNIOR APRILLANTI - PSB - Declaro que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PSB.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Declaro que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrada a declaração de obstrução da bancada do PSD.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Sr. Presidente, eu queria saber se durante esse momento eu posso fazer uma Comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Com certeza. Estamos em processo de avisar os deputados sobre os quatro minutos. Abro a palavra a V. Exa. sem problema nenhum.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Com a licença do deputado Teonílio Barba. Só para avisar os companheiros, a base, que o nosso voto agora é "não", pela rejeição dessas emendas.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O deputado Barros Munhoz comunica os seus líderes que o comando é "não". Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, público, telespectadores da TV Assembleia, boa tarde.

Aproveito este momento na tribuna para fazer a denúncia de um processo demissionário que está acontecendo na prefeitura de Mauá, cujo prefeito, Atila Jacomussi, está demitindo os concursados da área da Saúde e dos equipamentos de Saúde da cidade de Mauá. Até agora, já foram mais de 500 pessoas demitidas. É um processo que ele está fazendo dia a dia. Além de fazer as demissões, os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras não estão sendo pagos.

A grande maioria do pessoal que está sendo demitido é o pessoal que trabalha no Hospital de Clínicas Dr. Radamés Nardini. É um hospital muito deficiente da região do ABC e na cidade de Mauá, e passa por esse processo de demissão. O prefeito Atila Jacomussi está fazendo isso.

Além de a Fundação ABC estar demitindo o mando dele - ele contrata a fundação e ela contrata o pessoal concursado através de um concurso na fundação -, os direitos não estão sendo pagos. Quais são os direitos? São as verbas rescisórias legais: Fundo de Garantia - que tem que estar depositado e não está - aviso prévio conforme o tempo de casa, férias proporcionais, férias vencidas, 13º salário proporcional, a multa do FGTS e a multa das férias.

São direitos que estão sendo surrupiados dos trabalhadores da área da Saúde. Aproveito para fazer essa denúncia do prefeito e desejar toda a minha solidariedade aos trabalhadores. Gostaria que esta Casa enviasse uma carta repudiando essa ação do prefeito. É um momento difícil do nosso País e você começa a fazer demissão na área da Saúde em uma cidade que já tem deficiência na área da Saúde.

Agradeço o Sr. Presidente. Esse era o comunicado que eu queria fazer.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - Pela ordem, para fazer uma Comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado José Américo, já encerramos os quatro minutos. Eu gostaria de pedir a V. Exa. para fazer essa Comunicação após o processo de votação.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - PT - É muito rápido.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - É que já encerramos os quatro minutos. Dei tempo ao deputado Teonílio Barba durante os quatro minutos. E estamos no processo de votação. Eu gostaria de pedir a gentileza de V. Exa., se possível. Muito obrigado, deputado José Américo.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSC.

O SR. ITAMAR BORGES - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. RAFAEL SILVA - PDT - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PDT.

* * *
- É feita a verificação de votação pelo sistema eletrônico.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, participaram do processo de votação 54 Srs. Deputados: cinco votaram "sim", 46 "não", dois se absteram e este deputado na Presidência, quórum suficiente para rejeitar as emendas de 1 a 9 englobadamente.

O SR. ROQUE BARBIERE - PTB - Meu líder pediu para eu solicitar de V. Exa. a prorrogação dos nossos trabalhos, quando chegar o momento, por um minuto.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está registrado o pedido de prorrogação. No momento oportuno, colocaremos em votação a prorrogação dos nossos trabalhos.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, solicito a suspensão da presente sessão por 20 minutos para um Congresso de Comissões para apreciar o projeto do deputado João Paulo Rillo, que nós ficamos de votar, na última semana, na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea "d", combinado com o Art. 45, § 5º, ambos do Regimento Interno, convoco reunião extraordinária da Comissão de Justiça e Redação a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no Salão Nobre, para apreciar a redação final do Projeto de lei nº 874/16.

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 18, inciso III, alínea "d", convoco reunião conjunta das Comissões de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Finanças e Orçamento e Planejamento, a realizar-se um minuto após o término do primeiro Congresso, para apreciar o Projeto de lei nº 675/17 e também convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Transportes e Comunicação a realizar-se um minutos após o término da última convocação, para apreciar os seguintes projetos: PL 173/16, de autoria da deputada Rita Passos; Projeto de lei nº 492/16, de autoria do Edson Giriboni; Projeto de lei nº 704/16, de autoria do deputado Carlão Pignatari; Projeto de lei nº 837/16, de autoria do deputado Igor Soares; Projeto de lei nº 55/17, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary.

Nos mesmos termos, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários, a realizar-se hoje, um minuto após o término da última convocação, para apreciar os seguintes projetos: Projeto de lei nº 106/17, de autoria do deputado Carlão Pignatari; Projeto de lei nº 183/17, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Só lembrando os deputados que, com exceção do projeto de lei do deputado João Paulo Rillo, todos que serão apreciados são vetos de denominações, combinadas no Colégio de Líderes.

Havendo acordo de lideranças, está suspensa a presente sessão.

* * *
- Suspensa às 18 horas e 28 minutos a sessão é reaberta às 18 horas e 54 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

* * *
- NR - A Ordem do Dia para a 54a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 29/11/17.

* * *
O SR. ROBERTO MASSAFERA - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência irá levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com o remanescente da Ordem do Dia da sessão de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão. Está levantada a sessão.

* * *
- Levanta-se a sessão às 18 horas e 56 minutos.
* * *

28 DE NOVEMBRO DE 2017 54ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação, separadamente, e declara aprovados os PLS 173/16, 492/16 e 704/16, e rejeitados seus respectivos vetos. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 27/17, restando prejudicado o projeto. Encerra a discussão, coloca em votação, separadamente, e declara aprovados os PLS 55/17 e 106/17, e rejeitados seus respectivos vetos. Encerra a discussão do PL 136/17. Coloca em votação e declara aprovada consulta às lideranças para que seja dado conhecimento da íntegra e votada emenda aglutinativa à propositura, sendo dispensada a sua leitura. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação ao PL 136/17. Coloca em votação, separadamente, e declara aprovados o PL 136/17 e a emenda aglutinativa. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda nº 1 ao projeto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 183/17, e rejeitado o veto. Encerra a discussão, coloca em votação, separadamente, e declara aprovados os PLS 675/17 e 485/10. Encerra a sessão.

* * *
- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *
O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Item 1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 173, de 2016, (Autógrafo nº 32020), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Dá a denominação de "Masatsuki Hori" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 014/323, localizado no km 014-420m da Rodovia José Della Vecchia - SP 323, em Monte Alto. Parecer nº 1902, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto e rejeitado o veto.

Item 2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 492, de 2016, (Autógrafo nº 32019), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá nova redação do artigo 1º da Lei nº 16.140, de 2016, que denomina o dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 145/270, localizado no km 145,780 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Alambari. Parecer nº 1904, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto, rejeitado o veto.

Item 3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 704, de 2016, (Autógrafo nº 32018), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Delegado de Polícia Doutor Guerino Solfa Neto" à passarela localizada no km 435,600 da Rodovia Washington Luis, em São José do Rio Preto. (Em anexo os Projetos de lei nºs 790 e 826, de 2016). Parecer nº 1903, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis ao projeto e contrários ao veto permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o projeto, rejeitado o veto.

Item 4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 27, de 2017, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre os serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado. Parecer nº 510, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Saúde, favorável com substitutivo.